

## DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM RORAIMA: ANÁLISE ECONÔMICA E DESIGUALDADES REGIONAIS

---

**Glauciene Carvalho Andrade**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista  
Zona Oeste (IFRR/CBVZO).  
glaucieneandrade78@gmail.com

**Islane da Silva Magalhães**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista  
Zona Oeste (IFRR/CBVZO).  
islaneideal@gmail.com

### RESUMO

Este estudo se propõe a analisar a distribuição de renda no estado de Roraima, com o intuito de destacar suas principais fontes de rendimento, a evolução da renda *per capita* e os fatores que condicionam as desigualdades econômicas regionais. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, utilizando exclusivamente dados secundários da PNAD Contínua, IBGE e SEPLAN/RR. O foco está na análise de indicadores como renda domiciliar *per capita*, Índice de Gini e índices de pobreza. O referencial teórico versa sobre conceitos de distribuição de renda, desigualdade social e desenvolvimento econômico regional. O trabalho objetiva compreender as dinâmicas econômicas locais e identificar os principais desafios estruturais que comprometem a equidade social. As principais conclusões evidenciam a elevada dependência do setor público, as notórias desigualdades entre áreas urbanas e rurais, e a influência de fatores sociais e culturais. Tais achados sublinham a necessidade imperativa de políticas públicas integradas, visando à redução das disparidades e à promoção de um desenvolvimento econômico sustentável.

### Palavras-chave:

Distribuição de renda; Renda *per capita*; Roraima; Economia regional.

### INTRODUÇÃO

A distribuição de renda é um dos principais indicadores para compreender o nível de desenvolvimento econômico e social de uma região. O estudo da realidade

socioeconômica de unidades federativas menos industrializadas, como Roraima, é essencial para revelar as dinâmicas de crescimento, inclusão e desigualdade que permeiam o país.

Situado na Região Norte, Roraima apresenta históricas, geográficas e econômicas que influenciam diretamente a forma como a riqueza é produzida e distribuída entre sua população

A análise da distribuição de renda em Roraima é relevante por diversas razões. Primeiro, o debate sobre desigualdade econômica no Brasil concentra-se nas grandes regiões metropolitanas ou nos estados mais populosos, deixando em segundo plano a realidade da Região Norte, onde as condições estruturais e o acesso a políticas públicas apresentam desafios particulares. Analisar Roraima permite ampliar a compreensão sobre fatores locais — como isolamento geográfico, infraestrutura limitada e dependência do setor público — impactam a distribuição de renda.

Além disso, compreender as desigualdades regionais em Roraima é fundamental para subsidiar políticas públicas mais eficazes e contextualizadas, capazes de promover justiça social, inclusão produtiva e sustentabilidade econômica. Este estudo oferece subsídios para pesquisadores, gestores públicos e formuladores de políticas que buscam reduzir disparidades e promover um desenvolvimento regional mais equilibrado.

Este artigo propõe uma análise econômica da distribuição de renda em Roraima, buscando compreender as causas e consequências das desigualdades regionais que se manifestam entre os municípios e entre as áreas urbanas e rurais.

**Objetivo Geral:** Analisar a distribuição de renda em Roraima, com ênfase na identificação das fontes de rendimento, na evolução da renda *per capita* e nos fatores que condicionam as desigualdades regionais.

**Metodologia e Recorte:** A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, utilizando dados estatísticos secundários da PNAD Contínua, IBGE e SEPLAN/RR. O estudo se concentra na análise do estado de Roraima, com ênfase em indicadores de desigualdade, como o Índice de Gini de 2021.

## **Percursos históricos das desigualdades regionais no Brasil**

### **Origens históricas**

As desigualdades regionais no Brasil têm raízes antigas, remontando ao período colonial, caracterizado pela economia voltada à agro exportação, grande uso de mão de obra escrava, latifúndio e concentração de riquezas em regiões costeiras. Com a industrialização, sobretudo a partir do final do século XIX e início do século XX, algumas regiões, especialmente o Sudeste, acumularam investimentos, infraestrutura, mão de obra e urbanização. Enquanto isso, outras permaneceram mais dependentes da agricultura, com menor diversificação econômica e infraestrutura mais fraca. No século XX, e particularmente nas décadas de 1950 a 1980, o Brasil lançou políticas de planejamento regional, como a criação da Sudene (Programa de desenvolvimento regional da região nordeste cujo objetivo principal é a redução de desigualdades regionais no país) no Nordeste, na tentativa de reduzir essas assimetrias.

### **Evolução e ranking de desigualdade regional**

As desigualdades socioespaciais no Brasil estão intimamente relacionadas ao acesso desigual à terra e aos processos históricos de desterritorialização, consolidada desde o período colonial, constitui um dos principais vetores de exclusão, mantendo grandes propriedades rurais nas mãos de uma minoria, enquanto populações indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores são frequentemente expulsos de seus territórios.

A estrutura fundiária brasileira baseia-se em uma lógica de poder que combina a propriedade privada da terra com a exclusão social e política dos sujeitos do campo Fernandes (2008). O processo de desterritorialização, analisado por Santos (2000), desencadeia movimentos, intensificando o crescimento desordenado das cidades. A urbanização resultante, portanto, reproduz as desigualdades originadas no campo Harvey (2005)

No espaço urbano, a concentração de setores estratégicos da economia, como distribuição de alimentos, combustíveis, gás e varejo de grande escala, sob o controle de poucos grupos empresariais, gera dinâmicas de cartelização e dependência econômica, aprofundando a precarização das relações de trabalho. O espaço urbano, segundo Lefebvre (1991), torna-se um produto social e político estruturado pela lógica do capital. Essa configuração contribui para a desigualdade contemporânea como um fenômeno multidimensional. Essa dinâmica é particularmente visível em Roraima, onde processos migratórios como a crise da Venezuela e garimpos.

De acordo com Fernandes (2008), a estrutura fundiária brasileira baseia-se em uma lógica de poder que combina a propriedade privada da terra com a exclusão social e política dos sujeitos do campo. Esse processo de desterritorialização, como analisa Santos (2000), desencadeia movimentos de migração forçada para os centros urbanos, intensificando o crescimento desordenado das cidades e a sobrecarga dos serviços públicos essenciais, como habitação, saneamento, saúde e educação.

A urbanização resultante, portanto, não representa um processo de integração social, mas de reprodução ampliada das desigualdades estruturais originadas no campo Harvey(2005). No espaço urbano, as relações de poder se reconfiguram, mas mantêm o mesmo padrão de concentração. Os setores estratégicos da economia — como a distribuição de alimentos, combustíveis e gás, além do varejo de grande escala — encontram-se sob o controle de um número reduzido de grupos empresariais. Essa concentração gera dinâmicas de cartelização e dependência econômica, elevando os preços e aprofundando a precarização das relações de trabalho.

Como argumenta Lefebvre (1991), o espaço urbano torna-se um produto social e político, estruturado pela lógica do capital e pela dominação das formas de produção. Essa configuração fragmenta a classe trabalhadora, dificulta a organização sindical e limita a ação coletiva, restringindo os mecanismos de resistência social e política. Assim, a desigualdade contemporânea manifesta-se como um fenômeno multidimensional, articulando a concentração fundiária, a exclusão urbana e a dominação econômica, o que sustenta um sistema de reprodução contínua das desigualdades no território brasileiro.

### **Regressividade Tributária no Brasil**

O Brasil possui uma matriz tributária regressiva por basear sua arrecadação na tributação sobre o consumo IPI (Imposto sobre produtos industrializado), PIS (Programa de integração social), COFINS (Distribuição para o financiamento de seguridade social), ICMS (Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço), ISS (Imposto sobre serviço), conceder benefícios fiscais questionáveis e apresentar falhas normativas que permitem a sonegação Exemplo: Omissão de receita( deixar de declarar parte ou toda receita obtida por uma empresa ou profissional autônomo. A progressividade é um princípio fundamental da justiça fiscal e está alinhada à capacidade contributiva, que busca cobrar mais de quem tem maior capacidade de pagar.

A regressividade do sistema tributário brasileiro, combinada com a alocação de recursos orçamentários que se mostram concentrados em camadas sociais mais altas, contribui para o agravamento da desigualdade social. Essa estrutura limita o potencial da tributação no combate à desconcentração de renda, que só seria efetiva se os recursos fossem substancialmente destinados à prestação de serviços públicos. No contexto das desigualdades regionais, a regressividade afeta diretamente estados como Roraima, cuja economia é altamente dependente do setor público e de transferências federais, limitando o potencial de investimento em infraestrutura local (saneamento, saúde, educação, transporte) e perpetuando ciclos de pobreza. As desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro, aliás, são marcadas por períodos de crescimento e letargia, mantendo forte inter-relação com o estilo de crescimento da economia nacional (Aguiar, 2023).

### **Quais são os problemas causados pela desigualdade regional?**

Desigualdade regional implica que algumas regiões ficam com menor acesso a infraestrutura básica (saneamento, saúde, educação, transporte), o que perpetua ciclos de pobreza e limita o desenvolvimento local. Por exemplo, o acesso a rede de esgoto adequada em muitos estratos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste é inferior a 60%. A concentração de renda e riqueza em poucas regiões pode gerar migração intensa, sobrecarga urbana, aumento da informalidade e desemprego nas regiões mais atrasadas.

As desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro são marcadas por períodos de crescimento e letargia e mantém forte interrelação com o estilo de crescimento da economia nacional, com destaque para as principais mudanças estruturais e setoriais. Neste sentido, faremos uma síntese das principais políticas e planos que colocaram de maneira central a questão regional. (AGUIAR,2023)

**Redução da eficiência econômica:** regiões com menor diversificação produtiva ou com estruturas econômicas mais frágeis tendem a crescer menos e a depender de transferências ou subvenções. **Impactos sociais e políticos:** desigualdades regionais alimentam disparidades na qualidade de vida, nos direitos, no acesso à educação e saúde, podendo gerar tensões sociais. Como dizem os estudos: as regiões brasileiras passaram por distintos processos de ocupação gerando uma fragmentação regional que se prolongou ao longo dos séculos.

A Lei de Terras de 1850 estabeleceu que a aquisição de terras devolutas só poderia ocorrer por meio de compra, o que gerou sanções legais para outros tipos de ocupação. O efeito desse ato foi o de institucionalizar a extrema concentração fundiária herdada do período colonial. Diferentemente de outros países, o Brasil ingressou na modernidade econômica sem romper com a estrutura fundiária colonial.

A questão fundiária tornou-se um dos grandes desafios e focos de conflito na sociedade brasileira, sendo objeto de debates na Constituição de 1988 e pressionando os governos por políticas de reforma agrária e apoio à agricultura familiar. O ritmo da reforma agrária tem se reduzido sistematicamente nos últimos anos. A persistência de disputas por terras, como as que envolvem ações de despejo em áreas com histórica relevância social e ambiental, reflete as consequências da legislação histórica que perpetuou as desigualdades e a concentração estrutural. No contexto de Roraima, onde as propriedades familiares ocupam 37,5% da área das unidades produtivas, DIAS (2016) a questão da concentração fundiária e a pressão por terra impactam diretamente o potencial de crescimento da agricultura familiar e a distribuição de renda no campo.

### **Quais são os benefícios de reduzir essas desigualdades?**

**Melhoria da qualidade de vida:** menores desigualdades significam melhor acesso a serviços básicos, educação, saúde, infraestrutura — o que se mede em melhores indicadores de desenvolvimento humano. **Distribuição mais justa de oportunidades:** reduzir as diferenças regionais permite que pessoas nas regiões historicamente mais desfavorecidas tenham mais condições de exercer seu potencial.

**Sustentabilidade:** regiões menos desenvolvidas e mal estruturadas tendem a depender de recursos externos ou de atividades não sustentáveis; equilibrar isso gera desenvolvimento mais sustentável e menos vulnerável a crises.

### **Neoextrativismo e Desterritorialização em Roraima**

O modelo econômico vigente em Roraima reflete características típicas do neoextrativismo, conceito abordado por Svampa (2013), que descreve a dependência das economias latino-americanas em relação à exportação de *commodities* agrícolas e

minerais. Em Roraima, esse processo se manifesta na expansão da soja, arroz e pecuária, atividades concentradas nas mãos de grandes proprietários e empresas do agronegócio.

Essa lógica provoca a desterritorialização HAESBAERT (2004), rompendo os vínculos sociais e culturais das populações locais com seus espaços. No estado, o fenômeno resulta na expulsão de pequenos agricultores e comunidades tradicionais, intensificando o êxodo rural e o crescimento das periferias urbanas

### **Economia e indicadores de renda e desigualdade em Roraima:**

O estado de Roraima tem uma economia baseada em serviços públicos, no setor público em geral, comércio e prestação de serviços, além de uma presença significativa de atividades extrativas e agropecuárias — porém ainda com desafios estruturais que impactam renda e desigualdade.

Considerando que as propriedades familiares, em Roraima, ocupam 37,5% da área das unidades produtivas, bem acima da média nacional, que é de 24,3% (IBGE, 2016), acredita-se que o fortalecimento da agricultura familiar, presente no estado, possa ser uma condição que traga impactos positivos para a geração de renda, reduzindo a pobreza no campo e, conseqüentemente, contribuindo para o seu crescimento econômico. (DIAS, cap.13,2016)

### **Indicadores de desigualdade em Roraima**

Conforme reportagem, o índice de Gini de rendimento domiciliar por pessoa em Roraima foi de 0,596 em 2021 — esse valor o coloca como o pior estado do país em termos de desigualdade de renda naquele ano (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade).

A distribuição de renda refere-se à forma como a riqueza gerada por uma sociedade é repartida entre seus membros. Uma distribuição desigual pode gerar disparidades sociais significativas, afetando o acesso a serviços essenciais, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Renda per capita é o valor médio de rendimento por pessoa em uma determinada área ou país. É calculada dividindo-se a renda total da população pelo número de habitantes. Este indicador é amplamente utilizado para avaliar o padrão de vida, comparar regiões e monitorar o desenvolvimento econômico.

### **Desafios específicos para reduzir a desigualdade**

Diversificação econômica limitada: depender fortemente de setor público ou de poucas atividades econômicas torna o estado vulnerável a choques e reduz o dinamismo do mercado de trabalho. Qualificação da força de trabalho: a desigualdade de renda está associada à diferença de escolaridade, qualificação e inserção formal no mercado de trabalho.

Políticas regionais e federais: embora existam mecanismos de financiamento regional, é preciso adaptá-los ao contexto do Norte/Amazonas e de Roraima para que tenham efeito mais forte na redução de desigualdades.

### **Potencial e vias de melhoria para Roraima**

Investir em educação, qualificação profissional e infraestrutura local pode reduzir a desigualdade ao permitir que mais pessoas acessem empregos melhores remunerados. Diversificação produtiva: atividades ligadas à economia de serviços, logística amazônica, turismo sustentável.

Fortalecer municípios menores para que não haja apenas concentração da renda na capital: descentralização e apoio a interior podem diminuir a distância entre municípios. Aumentar o acesso e qualidade dos serviços públicos básicos (saúde, saneamento, transporte) em áreas mais desfavorecidas para reduzir as barreiras de oportunidade. Utilizar os mecanismos de financiamento regional e distribuição de recursos para que mais recursos cheguem a onde a desigualdade é maior, promovendo convergência com regiões mais desenvolvidas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo analisar a distribuição de renda em Roraima, buscando identificar as fontes de rendimento, a evolução da renda *per capita* e os fatores que condicionam as desigualdades regionais no estado. A análise dos indicadores socioeconômicos, em diálogo com o referencial teórico, permitiu consolidar três achados principais.

Em primeiro lugar, o estudo reforça que a estrutura de Roraima é excessivamente dependente do setor público e do setor terciário concentrado na capital, Boa Vista. Essa

dependência limita a diversificação produtiva, tornando a renda média vulnerável a ciclos políticos e econômicos externos.

Em segundo lugar, os dados empíricos confirmaram a alta concentração de renda, evidenciada pelo Índice de Gini de 0,596 em 2021. Essa desigualdade é um reflexo direto da estrutura fundiária histórica (Lei de Terras de 1850), do modelo de neoextrativismo e do processo de desterritorialização, que intensifica o êxodo rural e a precarização das relações de trabalho nas periferias urbanas. A desigualdade entre o meio urbano e o rural permanece como um desafio estrutural.

Para um desenvolvimento mais equilibrado em Roraima e a efetiva redução da desigualdade, sugerem-se as seguintes linhas de ação e pesquisa:

**Fortalecimento da agricultura familiar e diversificação produtiva:** Implementar políticas de crédito e assistência técnica mais eficazes que visem reduzir a concentração fundiária, aumentar a produção de alimentos e gerar renda no interior do estado, mitigando o êxodo rural.

**Melhor focalização de políticas regionais:** Realizar estudos de custo-benefício para aprimorar a alocação de recursos de transferências constitucionais, garantindo que o investimento em infraestrutura (saneamento, energia) chegue aos municípios mais carentes.

**Pesquisa sobre o impacto migratório:** Aprofundar a análise sobre como os recentes fluxos migratórios internacionais e internos impactam a renda *per capita* e os índices de Gini na capital e nos municípios de fronteira.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. S. de. O estilo de crescimento do Brasil: desigualdades regionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), 20., 2023, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/10/st02-27.pdf>.

**DIAS, J. S. A pluriatividade da agricultura familiar e a contribuição da renda rural para o crescimento do Produto Interno Bruto do estado de Roraima.** 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/handle/prefix/609>.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, reforma agrária e agronegócio**. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Pesquisa pelo IBGE concluída 10 de junho de 2021  
<https://www.folhabv.com.br/economia/roraima-e-o-pior-estado-em-desigualdade-de-renda-diz-o-ibge>

IBGE. (2023). Rendimento domiciliar per capita 2023. Disponível em:  
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39262-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2023-para-brasil-e-unidades-da-federacao>

SEPLAN/RR. (2023). Renda domiciliar per capita 2023. Disponível em:  
<https://seplan.rr.gov.br/renda-domiciliar-per-capita-2023/>

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2024  
<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/roraima-tem-renda-media-por-pessoa-de-r-1-538-em-2024-e-supera-media-do-norte/>